



SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

ESTUDO DO VETO Nº 26/2016

Veto Parcial aposto ao [Projeto de Lei do Senado nº 553 de 2015](#) (nº 4.244/2015, na Câmara dos Deputados)

Quantidade de dispositivos vetados: 2

Norma jurídica gerada: [Lei nº 13.302 de 27 de junho de 2016](#).

Veto aposto “por contrariedade ao interesse público e inconstitucionalidade”.

- Autoria do projeto: Comissão Diretora do Senado Federal.
- Relatoria no Senado Federal:
[Sen. Vicentinho Alves \(PR/TO\)](#) – CDIR.
- Relatoria na Câmara dos Deputados:
[Dep. Ronaldo Fonseca \(PROS/DF\)](#) - Plenário – CCJC, CFT e CTASP.

Explicação do veto:

Os dispositivos vetados convalidariam a incorporação de funções comissionadas inerentes ao cargo ou lotação, bem como tratariam de cláusula de vigência e efeitos financeiros retroativos da lei.

* Os comentários inseridos à esquerda remetem a dispositivos mencionados de lei.

[11] Comentário:
[LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990](#)

Art. 62. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício. (Redação dada pela [Lei nº 9.527, de 10.12.97](#))

Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da [Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994](#), e o art. 3º da [Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998](#). (Incluído pela [Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001](#))

Art. 193. O servidor que tiver exercido função de direção, chefia, assessoramento, assistência ou cargo em comissão, por período de 5 (cinco) anos consecutivos, ou 10 (dez) anos interpolados, poderá aposentar-se com a gratificação da função ou remuneração do cargo em comissão, de maior valor, desde que exercido por um período mínimo de 2 (dois) anos.

[B2] Comentário:
[LEI Nº 8.911, DE 11 DE JULHO DE 1994](#)

Art. 3º (Revogado pela [Lei nº 9.527, de 10.12.1997](#))

[B3] Comentário:
[LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997](#)

Art. 15. Fica extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da [Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994](#).

DISPOSITIVO VETADO		EXPLICAÇÃO	ORIGEM/JUSTIFICATIVA	RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO
1.	<p>- art. 3º:</p> <p>Art. 3º Os atos concessivos da vantagem de que tratam os arts. 62 e 193 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o art. 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, praticados até a data de publicação desta Lei e relativos à ocupação de cargos em comissão ou funções de confiança até a data do encerramento de sua vigência, relativamente aos servidores do Senado Federal investidos em funções comissionadas vinculadas à investidura e inerentes a cargos efetivos ou condicionadas ao efetivo exercício em lotações específicas, independentemente de ato de designação ou nomeação, são convalidados, e mantidos os seus efeitos financeiros, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, e no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p>	Convalida a incorporação de funções comissionadas inerentes ao cargo ou lotação.	<p>Origem: Emenda nº 2 (Sen. Paulo Paim – PT/RS)</p> <p>Justificativa: “[O] Tribunal de Contas da União (TCU), em setembro de 2013, adotou, na forma do Acórdão nº 2.602, de 2013, interpretação <i>contra legem</i> e prejudicial a centenas de servidores desta Casa, com a exclusão da vantagem de quintos incorporados decorrente das funções comissionadas exercidas em diferentes situações lotações por servidores do Senado, ao longo de muitos anos. [...] A presente emenda visa restabelecer o estado de direito e assegurar aos servidores a continuidade do <i>status quo ante</i>, respeitando situações consolidadas, em alguns casos, há mais de vinte anos, sem gerar, com isso, qualquer aumento de despesa, visto ser, tão somente, a manutenção da situação vigente, dando ao tema tratamento legal que não possa ser ignorado ou contestado.”</p>	<p>“O dispositivo representa a convalidação e manutenção de efeitos financeiros de vantagens consideradas indevidas pelo Tribunal de Contas da União. Cuidando-se de investidura sem atendimento aos requisitos legais e constitucionais, tem-se a sua nulidade, configurando-se vício jurídico inconvalidável. Além disso, a incorporação dos benefícios escorase em dispositivos legais já revogados, estando o respectivo direito extinto. Assim sendo, o dispositivo viola os princípios da legalidade e da segurança jurídica, motivo pelo qual justifica-se o seu veto.”</p> <p><i>(Ouvidos os Ministérios da Fazenda e da Justiça e Cidadania, juntamente com a Advocacia-Geral da União)</i></p>
2.	<p>- art. 5º:</p> <p>Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.</p>	Cláusula de vigência e efeitos financeiros retroativos da lei	<p>Origem: Texto inicial (Comissão Diretora do Senado Federal)</p> <p>Sem justificação específica</p>	<p>“O dispositivo, se sancionado na presente data, representaria a concessão de reajuste com efeitos financeiros anteriores à data da entrada em vigor da lei, em afronta ao impedimento constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, em seu artigo 98, § 2º. Dessa forma, ao prever despesa não autorizada pela LDO, estaria em desacordo com o disposto no inciso II do § 1º do artigo 169 da Constituição.”</p> <p><i>(Ouvidos os Ministérios da Justiça e Cidadania, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão)</i></p>